

# A JUSTIÇA E A MÍDIA

---

VOLNEI IVO CARLIN

*Doutor em Direito, Pós-Doutor em Éticas Públicas,  
Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado em Direito da UFSC,  
Juiz de Direito e Juiz do Tribunal Regional Eleitoral*

## 1. INTRODUÇÃO

O direito de informação reveste-se, em dias atuais, de agudas incertezas. É que as discussões a respeito são quase sempre dominadas pelas emoções, por considerações filosóficas e interesses mistificados, capazes de afastar a notícia do terreno adequado do justo. *Léon Duguit*<sup>1</sup> reconhece ser esse sentimento infinitamente variável e permanente na natureza humana<sup>2</sup>.

É verdade que, nos países desenvolvidos, há uma reconhecida importância pelo Direito Constitucional ao direito à informação, sendo fácil perceber que a maior razão pela qual se protege o direito de informar é, precisamente, porque uma Sociedade será mais livre e democrática na proporção em que der oportunidade de acesso aos seus integrantes do que ocorre em seu próprio meio.

A atualidade oferece ilustrações das difíceis relações entre a mídia e a Justiça. Assiste-se, passivamente, a verdadeiras audácias

---

<sup>1</sup> DUGUIT, Léon. *Traité du Droit Constitutionnel*. Paris, Ed. de Biccard, 1921, 2ª édition, I, p. 8.

<sup>2</sup> Para estudar a noção do justo e do injusto, em diversas fases da História, veja-se: *O Direito Natural como fundamento de uma Teoria do Direito Justo e os Pressupostos de uma Sociedade Justa*. Inezil Penna Marinho. Instituto de Direito Natural, Brasília, 1979.

da imprensa, sem que se saiba como reagir. De outra parte, a tentação em “brilhar” de certos “pequenos juizes”<sup>3</sup> é atribuída à malquerença ao tratamento com os homens da comunicação, projetando verdadeira ilusão coletiva. Tais desdobramentos ultrapassam os limites do bom senso nas coisas do direito, cuja idéia primeira deveria ser a interpretação de um sinal de evolução da democracia na busca de um novo e superior controle.

## **2. A ILUSÃO DA DEMOCRACIA DIRETA**

Que a imprensa critique a Justiça, sem desprezar seus postulados fundamentais e aqueles próprios da pessoa humana, é até concebível. Sob o ângulo da exteriorização da verdade é que se anseia ver as relações entre a Justiça e a ambigüidade do papel da mídia dissipando mal-entendidos em cada uma dessas Instituições do Estado de Direito.

### **A) A JURISDIÇÃO DE EMOÇÕES**

Vê-se, na mídia, por vezes, um verdadeiro diálogo entre advogados, relegando não só a busca do bem comum como também a observância das regras processuais. O jornalista de investigação contemporâneo quer ser, ao mesmo tempo, informante e julgador. As partes de um processo, consciente ou inconscientemente, estimulam a imprensa contra a Justiça, ou esta contra a imprensa, ao agrado de seus interesses, como se a democracia pudesse lhes oferecer duas instâncias para defesa.

---

<sup>3</sup> Em França, a expressão “petits juges” denomina os profissionais que aparecem na mídia, fazendo “explodir” a verdade dos fatos, porque preparados emocional e intelectualmente. O fenômeno não ocorre, aliás, em outros países, para quem, trazendo Montesquieu, “la noblesse de robe” é insuficiente para cobrir certos disparates profissionais. Um bom exemplo, ocorrido há poucos dias, é o de uma medida liminar concedida em favor do ex-presidente Collor, no sentido de que ele pudesse voltar a candidatar-se a presidente, apesar da cassação de seus direitos políticos, por 8 anos, pelo Congresso Nacional. Oportuna a leitura, também, da obra de Richard Sennett, *O Declínio do Homem Público*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

Nota-se, então, uma mídia não mais satisfeita em só informar, mas que procura intervir diretamente no curso dos acontecimentos.

Na realidade, o espaço público, entendido este como possibilidade de exteriorizar uma idéia, ocorre mediante o equilíbrio entre um poder instituído e impulsionado por procedimentos, a Justiça instalada, e um outro poder, não instituído: a imprensa.

Necessário, pois, que cada qual permaneça em seu campo de ação, sem incorrer no crasso erro de desempenhar os dois papéis. Num *affaire*, por exemplo, cada um deverá bem identificar seu lugar<sup>4</sup>.

#### **B) TRANSPARÊNCIA E VERDADE DEMOCRÁTICA**

Essa vontade que os meios de comunicação têm de tudo dizer e tudo mostrar advém, sem dúvida, de uma concepção mal compreendida da transparência. Esta, numa democracia, não é só referente aos homens, mas, antes, aos seus comportamentos. Não raro, a imprensa transporta os juizes para fora do contexto profissional.

A democracia, como pressentira *Tocqueville*<sup>5</sup>, já em 1835, pode vir a acabar com a autoridade da pessoa pública, causando uma lamentável e perigosa confusão quando não for clara. Não se pode querer privatizar a palavra pública. A mídia tende a tornar mais sensível a fragilidade do discurso judiciário<sup>6</sup>.

Enfim, transparência significa, na essência, publicidade. E com esta se evita a crise de confiança e nasce a verdade democrática.

---

<sup>4</sup> Vide referência, no específico, de Felipe Augusto de Miranda Rosa, Juiz de Direito/Rio, in *Revista da AMB*, nº13, dez./1975, p. 26-32.

<sup>5</sup> TOCQUEVILLE, Alexi de. *La démocratie en Amérique*. Paris, Garnier Flammarion, t. II, p. 10.

<sup>6</sup> Consulte-se, sobre o assunto, Volnei Ivo Carlin, *Deontologia Jurídica — ética e justiça*. Florianópolis, Ed. Obra Jurídica, 2.ed., 1997, p. 148-152.

### C) A INVOCAÇÃO DA ÉTICA PROFISSIONAL

A imagem que se dá ao conjunto do Judiciário é a de uma Instituição desgastada. O próprio poder político o apresenta como passível de uma crise de legitimidade<sup>7</sup>. A falta de evidência e clareza de sua nova missão constitucional o deixa *vis-à-vis* com a Sociedade, inadaptado.

Numa Sociedade colocada em movimento, a adoção das regras do procedimento e do contraditório exige a aplicação de uma consciência ética<sup>8</sup>. Passada esta à imprensa, ela poderá constituir-se num instrumento magnífico do espírito público. A grande jogada será colocar a mídia a serviço dos interesses da Justiça, portanto.

A intervenção do legislador no domínio das liberdades fundamentais dos indivíduos bem como da intimidade de sua vida privada é sempre delicada. Qualquer texto legal seria o fruto de um amadurecimento que permitiria esclarecer as escolhas do legislador acerca do árduo ofício de passar da ética ao direito de informar. Do ponto de vista prático, essa conscientização é urgente.

### 3. IMAGENS DOS TRIBUNAIS

As dificuldades opostas nas relações entre a Justiça e a mídia não são exclusivas do Brasil. Elas aqui se complicam, diante de uma dificuldade suplementar resultante de uma cultura política nacional menos preparada que em outros países. E a solução depende de medidas específicas que dêem melhor qualidade à democracia<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> WERNER ACKERMANN et BENOIT BASTARD. *Innovation et gestion dans l' Institution Judiciaire*. L.G.D.J., Collection Droit et Société, v. 6, p. 92-101.

<sup>8</sup> CARLIN, Volnei Ivo. Ob. cit., p. 127 e s.

<sup>9</sup> Existe ampla literatura, velha e nova, sobre o tema. Citem-se as obras de Celso Fernandes Campilongo: *O Judiciário e a democracia no Brasil*, in Revista USP — Dossiê Judiciário nº 21, 1994, p. 116-125; e *Direito e Democracia*, São Paulo, Max Limonad, 1997, p. 141.

### A) AUTORIDADE MORAL E LEGITIMIDADE POLÍTICA

A influência política dos juizes brasileiros resta marginal, ao contrário do que ocorre na Itália e França, onde é o primeiro recurso lembrado no caso de o Estado apresentar indícios de corrupção.

É bem verdade que sua independência, hoje mais real do que há alguns anos, faz pensar na imagem do juiz do chamado sistema da *common law* e em sua legitimidade profissional confirmada, além de uma atuação transparente e neutralidade política reconhecidas<sup>10</sup>. A legitimidade política do magistrado depende também de uma autoridade moral no meio em que vive, hoje, mais forte do que aquela calcada nas prerrogativas de seu estatuto<sup>11</sup>.

O que se deve evitar é o confronto direto entre os juizes e a classe política, notadamente dos dirigentes econômicos. Marginalizando a Justiça e frustrando seus juizes, política e materialmente, o Estado, evidentemente, reforça os movimentos populistas e as facções corporativistas.

### B) A SENTIDA FALTA DE JURISPRUDÊNCIA

A enorme cobrança do público, seja a partir da mudança de mentalidade ou da renovação de comportamentos, tem impulsionado o serviço judiciário a implantar outras características específicas<sup>12</sup>. É a busca da adaptação científica do Direito aos novos fatos, alertando a opinião pública quanto às informações habilmente orquestradas. Daí, no momento, o uso de expressões como “politique jurisprudentielle” e “politique législative”<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> Para uma melhor reflexão sobre esse tema, com referência ao Brasil, ver o lúcido trabalho do jornalista Marcílio Medeiros Filho, *Os Juizes e a política*, in *O Estado*, 21-22 de fevereiro de 1998, Seção Opinião, p. 2.

<sup>11</sup> CANIVET, Georges. *Droit et Société*. 1992, 20-21, p. 141.

<sup>12</sup> *Tribuna da Magistratura*. APM nº 64, 1995, p. 6.

<sup>13</sup> ATIAS, Christian e LINOTTI, Didier. *Le mythe de l'adaptation du droit au fait*. Recueil Dalloz. 1997, Chronique, XXXIV, p. 251-258.

Estamos distantes, em realidade, de construir uma sólida jurisprudência, como encontrada em outros países, nessa área particularmente complexa, pois que a mera idéia de evolução, entre nós, ainda suscita polêmica.

### ***C) BREVES REFLEXÕES SOBRE A JUSTIÇA ELEITORAL E A MÍDIA***

Nos últimos anos, tem-se consolidado um intenso movimento de inovações nas atividades dos órgãos a que pertence a Justiça Eleitoral, em prol dos interesses político-eleitorais, como expressão da cidadania e não dos Estados. Tudo isso torna mais viável a prática da democracia, permanecendo, qual nova Sociedade, mais próxima do povo, com a realização de eleições não manipuladas<sup>14</sup>.

Ao contrário do que vem destacado pelo Prof. Dalmo Dallari<sup>15</sup>, a Justiça Eleitoral, ao menos em Santa Catarina, não se apresenta frágil, condescendente e demorada. Ela caracteriza-se pela presteza jurisdicional, seriedade e modelo informatizado, inserindo-se nessa tendência à publicidade ampla da Justiça, o que a distingue na nova ordem política de preservação dos direitos e garantias fundamentais. Portanto, não há urgência em qualquer reformulação nos procedimentos adotados.

Pois bem: é certo que o tema enfocado, pela audiência que hoje encontra, constitui uma interpelação permanente à consciência da mídia. Igualmente, não tem deixado de trazer uma colaboração ideológica a esse assunto predominantemente político.

Há um consenso universal sobre a necessidade de se promover e defender o direito ao voto, pois que ninguém deve furtar-se à batalha pelo futuro da democracia, como uma iniciativa providencial para permitir uma convivência humana pacífica, criando uma Sociedade livre de dominações. É aí que a mídia, com a proteção das fontes e toda sua força, inteligência e liberdade, pode galgar o seu espaço para evitar manipulações e dar

---

<sup>14</sup> CARLIN, Volnei Ivo. *Eleições como mecanismo político-jurídico da democracia*. In *Jurisprudência Catarinense*, v. 54, p. 39-45.

<sup>15</sup> DALLARI, Dalmo de Abreu. *O poder dos juízes*. São Paulo, Ed. Saraiva, 1996, p. 125-132.

sua original contribuição. O difícil, no entanto, é a fixação do justo ponto de equilíbrio entre o direito de informação (como expressão de liberdade) e as exigências de segurança pública ou individual (*privacy*).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre as realidades dos papéis da mídia e da Justiça, condição indispensável para se constituir uma civilização de perfil mais refinado, capaz de superar certos métodos rústicos na lida com as relações sociais e com referências do pluralismo democrático, as pessoas devem refletir seriamente.

Diga-se, na mídia, que a qualidade da ação administrativa e jurisdicional aparece, de mais a mais, em relação direta com a aptidão intelectual e profissional adquirida pelos componentes de seus quadros. É que o espírito do serviço público, contemporaneamente, prima pela famosa tolerância excessiva (tendência para o relaxamento — *laxisme* francês), dificultando uma tendência evolutiva em seu modo de operar.

Ademais, é possível observar, nessa matéria, que existem restrições muito amplas, capazes de causar, na *praxis*, certas dificuldades de interpretação nos tribunais, sobretudo porque há um forte elemento subjetivo na definição da natureza criminosa de alguns atos cometidos pela imprensa. E os tribunais têm a responsabilidade de identificar tais situações específicas. Nessa dimensão, a expectativa da opinião pública, de formação não acadêmica, fica pendente, vinculada à regra de direito e a um certo tipo de civilização.